

**HABEAS CORPUS Nº 638.326 - SP (2021/0000649-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : CONRADO DE SOUZA FRANCO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : CONRADO DE SOUZA FRANCO - SP247620  
GREICY KELLY RIBEIRO SOUZA - SP410761  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALEX DE SOUZA FERREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALEX DE SOUZA FERREIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 2000540-82.2021.8.26.0000, manteve a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade, nos contornos do art. 310, inciso II, do CPP, com esteio - precipuamente - nos seguintes fundamentos, *litteris*:

Com efeito, conforme já mencionado, a própria irmã do autuado foi quem acionou a Polícia Militar e afirmou ter ouvido a vítima pedir para o autuado cessar as agressões e que **ela já havia sido agredida em outra oportunidade**. [...]

Diante de tal histórico, tem-se que tamanho descontrole emocional deve ser contido com todos os meios existentes a tanto, mormente, no caso, dada a imperiosidade da medida, a prisão preventiva. Registre-se que a viabilidade da prisão encontra amparo no artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, c.c. artigo 20 da Lei nº 11.340/2006, que criou verdadeiro instrumento de coerção a efetivação das medidas protetivas. (fl. 35 - g.m.)

Consta dos autos a prisão em flagrante do custodiado, em 02/01/2021, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática do delito de lesões corporais, "no contexto da Lei Maria da Penha" (fl. 36).

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a desarrazoada e genérica segregação processual do paciente, com condições pessoais favoráveis, além de encontrar-se despidida de fundamentação idônea e de justa causa material, a teor das declarações prestadas pela própria vítima, em solo policial, as quais

evidenciam mera hipótese de "vias de fato", não preenche - como *ultima ratio* e em atenção aos postulados da presunção de inocência, do devido processo legal e da proporcionalidade - os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 312; 313, § 2º; 315; e 648, inciso I, todos do CPP.

Outrossim, assevera que a manutenção da prisão acautelatória do increpado está em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pela revogação da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior,

# *Superior Tribunal de Justiça*

indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, a teor dos parcos elementos de convicção coligidos ao presente *writ*, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente